

# Allegro ma non troppo: ritmos e cadências em A canção de Zefanias Sforza

Robson Dutra\*

## Resumo

Historiadores consideram a memória a partir de dois pontos de vista distintos: como fonte e como fenômeno histórico. A perspectiva de Le Goff alerta que a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Para Le Goff, devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens. Tal perspectiva é a que se lê em **A canção de Zefanias Sforza**, romance inaugural de Luiz Carlos Patraquim, escrito por ocasião dos trinta e cinco anos de independência de Moçambique, num momento em que o escritor deixa de lado a poesia para, ainda movido por seu ritmo, adentrar a prosa. Para tanto, faz um mergulho na história de Moçambique a fim de dar conta de uma trama híbrida que mescla narrativa em prosa com a poesia subjacente à sua escrita.

Palavras-chave: Memória; Romance Moçambicano; Luiz Carlos Patraquim

“Desconfio que nem tudo que se escreve é verdade acontecida” – carta de Zefanias Sforza a Eva – (PATRAQUIM, 2010, p. 74).

“Desejoso de saber, interrogo”, diz a frase atribuída a Heródoto, o primeiro historiador da civilização ocidental, demonstrando que a escrita historiográfica é uma antiga preocupação do homem. Sua percepção de que o decorrer do tempo provoca transformações dá ao ser humano a noção de que somos dotados de uma historicidade subjacente a ele e ao meio em que vivemos. Desse modo, temos como consequência direta dessa autoconsciência a sistematização de um estudo sobre nossa sociedade, a que se somam saberes advindos das artes, das ciências e de toda uma conjuntura denominada “civilização”.

---

\* Universidade do Grande Rio – Unigranrio.

Neste cenário, história e memória podem ser minimamente definidas por abordagens que se revelam concepções que consideram as produções e os respectivos contextos materiais, sociais e humanos. Daí que à medida que tentamos entender a nós mesmos e ao que nos circunda, somos, como num “rondó”, conduzidos de volta ao mesmo *leitmotiv*, ou seja, às ciências, às artes, às religiões, bem como a uma crítica perspicaz destas mesmas produções como expressão concreta de indivíduos histórica e socialmente localizados.

Fator imprescindível, a memória desponta inicialmente como expressão do passado. Como construção psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do outrora, ela nunca é apenas inerente ao indivíduo, mas o resultado de sua inserção num contexto familiar, social, nacional. Daí, o pensamento crítico de Maurice Halbwachs (1877-1945) de que toda memória é “coletiva”, ou ainda, como enuncia Henry Rousso,

seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (Rousso, 2002, p. 94-95)

Como assinala Jacques Le Goff (1994), foram os gregos antigos que introduziram a memória no panteão das divindades através de *Mnemosine*, que fazia os homens recordarem os heróis e seus grandes feitos. Sendo assim, o poeta era alguém possuído pela memória, um adivinho do passado. Todavia, as últimas três décadas do século XX foram marcadas, entre diversas transformações, por uma reavaliação das relações que vinculavam e separavam história e memória. Se há décadas atrás, uma obra como **La mémoire collective** (1950), do sociólogo francês Maurice Halbwachs, não despertou um interesse maior na comunidade de historiadores, na década seguinte este quadro sofreu diversas alterações, dado o crescente movimento de reavaliação dos vínculos entre história, sociedade e memória.

Halbwachs se deteve no que denominou “estrutura social da memória” afirmando que ela é uma construção dos grupos sociais. Muito embora os indivíduos se recordem de fatos no sentido estrito da expressão, são os grupos sociais que decidem o que é “memorável”, determinando como tal evento será lembrado. Portanto, os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo, “lembrando muito do que não viveram diretamente” para, segundo Burke, usar a memória como “reconstrução do passado” (BURKE, 2000, p.70).

Halbwachs estabeleceu uma clivagem entre a memória coletiva, interpretada como reconstrução social, e a história escrita que, segundo os cânones tradicionais, considerou objetiva. Entretanto, muitos estudos históricos recentes tratam a memória não como produto coletivo, mas como algo inerente a determinados grupos sociais. Sendo assim, haveria “memórias sociais” relacionadas aos senadores romanos, aos monges e ordens eclesiásticas medievais, aos escritores românticos, bem como, numa perspectiva bastante contemporânea, aos usuários da internet.

Ampliando nosso olhar, vemos que, de acordo com Peter Burke (2000), a visão tradicional das relações entre história e memória se articulava de modo relativamente simples: cabia ao historiador zelar pela memória dos acontecimentos públicos, quando escritos para proveito de seus autores, a fim de lhes dar a “vã glória de mandar, a que chamamos fama”. Assim, para Cícero (106 a.C. -43 a.C.), a história era a vida da memória e, em idêntica perspectiva, Heródoto (484 a.C. - 425 a.C.), bem como Jean Froissart (1337-1410) e o Conde de Clarendon (1609-1674), séculos depois, assinalaram, entre outros pensadores, que escreviam para manter viva a memória dos grandes fatos e dos feitos memoráveis. O passar dos séculos e a evolução do pensamento humano mostram-nos que história e memória passaram a se revelar expressões cada vez mais complexas, visto que recordar o passado e registrá-lo implica considerar fenômenos como a seleção consciente ou inconsciente de fontes, a interpretação ou mesmo a distorção das mesmas. Daí que, para Burke, “nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados” (BURKE, 2000, p. 69-70).

Com efeito, os historiadores consideram a memória a partir de dois pontos de vista distintos: como fonte e como fenômeno histórico. Assim, além de estudar a memória como fundamento da história, devem elaborar sua crítica a partir da reminiscência e da análise de documentos históricos, o que, efetivamente, começou a ser feito a partir dos anos sessenta, quando determinado grupo passou a entender a relevância da história oral. Apesar de os estudos iniciais contemplarem temas contemporâneos, mesmo os que estudavam períodos anteriores passaram a considerar as narrativas orais, uma vez que “precisavam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos” (BURKE, 2000, p. 72). Quanto ao segundo aspecto, Burke alerta que os historiadores devem estar interessados na “história social do lembrar”. Assim, a partir da premissa de que tanto a memória social quanto a individual é seletiva, devem-se identificar os princípios como tal escolha é feita. Deve-se, então, observar sua variação

geográfica e/ou social, bem como as transformações sofridas ao longo do tempo, posto que “as memórias são maleáveis e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade” (BURKE, 2000, p.: 73).

A isso podemos acrescentar a perspectiva de Le Goff que alerta que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477).

Tal perspectiva é a que se lê em **A canção de Zefanias Sforza**, romance inaugural de Luiz Carlos Patraquim, escrito por ocasião dos trinta e cinco anos de independência de Moçambique, num momento em que o escritor deixa de lado a poesia para, ainda movido por seu ritmo, adentrar a prosa. Para tanto, faz um mergulho na história de Moçambique a fim de dar conta de uma trama híbrida que mescla narrativa em prosa com a poesia subjacente à sua escrita e que é explicitada, por exemplo, em todo um capítulo. Dessa maneira, a obra é engendrada a partir do percurso de venturas e desventuras da personagem-título, um mulato que traz em sua pele marcas como a dominação colonial que, para além da presença portuguesa, indiana e muçulmana, registra as marcas deixadas pela Itália naquele país a partir de seu sobrenome.

Neste sentido, Patraquim traz ao texto os Sforza, família italiana que, entre 1395 e 1549, governou Milão sem que, ironicamente, sua presença tenha sido oficialmente registrada em Moçambique. Apesar de um de seus descendentes ter sido mecenas e protetor de Leonardo da Vinci, a quem encomendou o célebre quadro “A última ceia”, a família tornou-se mais conhecida pela impiedade e brutalidade com que governou a capital da Lombardia por quase dois séculos.

Assim, retomando o conceito de coletividade da memória a que Halbwachs se refere e às aludidas concepções que consideram as produções e os respectivos contextos materiais, sociais e humanos, Patraquim dá o sobrenome “Sforza” a sua personagem, num possível resgate histórico de outras famílias italianas influentes em seu país, como os Albasini e os Fornari, que lá aportaram a partir de finais do século XIX, numa retomada de um fato global que alude ao local.

Essa condição mestiça confere a Zefanias Publius Sforza sentimentos de estranheza e desconforto ao processo colonial e, posteriormente, à revolução e à guerra civil que vivencia a partir da dupla condição de conformação e reação à ordem estabelecida através das muitas mesclas de tempos históricos que o romance faz vir à tona, sobretudo através de reminiscências da personagem em passagens como a descrição de Delagoa Bay, antigo nome de Maputo:

morava no que fora um chalet, na Avenida 24 de Julho, quando os tramways subiam a D. Carlos, depois Manuel de Arriaga, agora Karl Marx, dobrando a Central Eléctrica e subindo, chiando, extenuando-se. (...) Zefanias morava numas sobras a lembrar, diz o chavão, pequenas glórias passadas, remansos de almoçaradas estóicas, namoricos nos quintais peçados de árvores de frutos, frissons exacerbados pelos humores quentes do clima (PATRAQUIM, 2010, p. 15)

Entre o culto à memória de um passado parcialmente conhecido, numa época em que “os apelidos pouco ajudavam” (PATRAQUIM, 2010, p. 11), Zefanias acredita na necessidade “de uma Idade Média” e de uma “espada da história que decepou estátuas” como garantias ao conforto de “uma fortaleza” (PATRAQUIM, 2010, p. 12-13) que sustente o presente enunciado. O fato de cultivar a genealogia e “envergar o seu “tweed” coçado nas invernias de agosto, espaço suando e fedendo se o tempo era o dos calores tropicais” (PATRAQUIM, 2010, p. 12) mostra o descompasso que há entre os impasses da personagem com o tempo histórico ficionalizado. Dessa maneira, é no confronto entre o ontem e o agora que Sforza reconhece sua condição mestiça, ou “café com leite” (PATRAQUIM, 2010, p. 13), que se pode ler em diversas palavras e expressões moçambicanas, como “suca”, “maningue”, “patchiças” e “xipeho”, entre outras, ou ainda “cool” e “nice”, do inglês falado na vizinha África do Sul, todas dando conta do hibridismo que caracteriza Moçambique.

As muitas épocas históricas surgem, várias vezes revestidas de ironia, como a descrição feita acima da residência dos Sforza, em Maputo, à Avenida 24 de Julho. A data alude, inicialmente, ao *ultimatum* inglês, quando a Inglaterra reivindicou de Portugal, em 1890, a soberania da região sul de Moçambique, sendo apoiada por Patrice Mac-Mahon, na altura presidente da França, de modo a impor-se soberanamente no continente africano, com acesso pelos oceanos Atlântico e Índico. Posteriormente, reforçando a idéia de que “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” refere-se ao “Dia da Nacionalização”, quando, em 1976, após a Revolução Colonial, Moçambique impôs a soberania nacional sobre a dominação estrangeira, estatizando prédios, bancos, escolas, igrejas e diversas organizações.

Outro traço do hibridismo de Zefanias e que remete ao sistema colonial está nas origens de Rosa, sua mãe, empregada do pai, a quem “só podia chamar mamã quando não havia estranhos em casa, as visitas lustrosas, as jantaradas copiosas” (PATRAQUIM, 2010, p. 35), ou ainda em passagens como:

nestas ocasiões, Rosa, de avental a servir à mesa, atarefada junto aos painéis nas traseiras da casa, a Rosa silenciosa a obedecer

às ordens do patrão e os olhos esbugalhados de Zefanias a vê-la arrumar tudo, quando os convivas se retiravam e ela dirigir-se para o quarto do pai. (PATRAQUIM, 2010, p. 48)

A morte precoce da mãe, “silêncio adensado” que passa a acompanhar o jovem órfão, revelam-se através do não comparecimento ao seu sepultamento para evitar constrangimentos e o “perigo de mau-olhado e maldições” (p. 48). Deixa, ainda, Zefanias alheio a diversos elementos da cultura do país, como a língua cheia de sonoridades da genitora, repleta de “sagas, de canções de chuvas e sementeiras, das alegres ou doridas canções de trabalho, das louvações, das adivinhas, dos cantos religiosos, dos cantos dos mortos e das vaticinações para os vivos” (p. 48), projetando-o para um não-lugar na sociedade moçambicana.

No que tange ao discurso histórico e à escrita do futuro, o nascimento de Zefanias coincide com o ano de independência de Moçambique, tornando-se a alegoria usada por Patraquim para associar o crescimento e amadurecimento de sua personagem ao percurso do país. Por isso, lêem-se nas entrelinhas do romance o papel dos jovens e estudantes na revolução colonial e no pós-guerra; o êxodo dos portugueses; a guerra civil; os diversos acordos de paz, como o Tratado de Roma; os embates entre RENAMO e FRELIMO e sua aceitação como partido único; a formação de uma nova elite que retoma procedimentos inerentes ao colonizador e, sobretudo, a instauração dos campos de reeducação ideológica em diversas localidades do país.

Neste sentido, o testemunho dado por Augusto, filho de Zefanias, que é indevidamente encaminhado para um deles, sendo posteriormente libertado pelo pai. Seu depoimento dá conta da fome, da penúria e dos diversos níveis de sofrimento ali vivenciados, como a passagem em que uma mãe é forçada pilar o próprio filho. O relato da personagem, contido, como num fluxo da memória, em diversos capítulos do romance acerca de sua deambulação pelo interior do país torna-se, dessa forma, uma das estratégias utilizadas para a criação de uma polifonia enunciativa que tenta dar conta do percurso de Moçambique.

Com efeito, o pós-guerra é também retratado como fator de aburguesamento das antigas lideranças que, como nova classe dominante, passa a fazer uso de “talheres de prata, cristais, vidas aplaudidas, reverenciadas. (...) em casas com torneiras de ouro, dez quartos (...) roupas de Paris, amante no flat, catorzinhas ocasionais” (PATRAQUIM, 2010, p. 152), como ocorre com Agostinho Demos, que se apropria do chalé dos Sforza quando o próprio Zefanias é condenado à reeducação. Antigo companheiro do protagonista, Demos é corpulento, contrastando com a magreza de Zefanias, o que sugere em muitas passagens uma

associação com as aventuras – e desventuras – de D. Quixote de La Mancha e Sancho Pança e o riso nelas contido. Após “associar-se ao partido”, a personagem passa a fazer jus ao sobrenome (PATRAQUIM, 2010, p. 149), por ser um dos que passaram a ter prestígio na sociedade local, renegando os postulados socialistas que geriram o movimento de libertação. Estes se revelam, ideologicamente, na geografia da cidade, através de avenidas como a D. Carlos, que teve seu nome mudado para Manuel Arriaga e, posteriormente, para Karl Marx.

O trajeto de Sforza faz vir à tona o pensamento de Edward Said (1995) que, ao analisar as relações entre cultura e imperialismo, acessa dados da memória imperial, ressaltando que não obstante o colonialismo já tenha se extinguido em grande medida, o imperialismo “sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral” (SAID, 1995, p. 124). Nesse sentido, retoma Eliot ao afirmar que “o significado do passado imperial não se encerra em si mesmo, ainda povoa a memória coletiva enquanto trama social” (SAID, 1995, p. 125). Sendo assim, o que está em jogo não é apenas um olhar oblíquo sobre o passado, mas, principalmente, a constatação de que é possível reaproveitar esses resíduos para que se exerça tão necessária diferença. Analisar a história do imperialismo e também do pós-colonialismo através das entrelinhas de textos literários permite-nos concebê-los como uma rede de histórias interdependentes que são, ao mesmo tempo, global e local.

Os resquícios do imperialismo são permanências do passado que ainda hoje produzem argumentos e contra-argumentos que apontam para os estudos não de uma única história, mas também para aquela narrada por outros que, mesmo na condição de “perdedores”, foram capazes de produzir outras versões dos fatos. Deste modo, cremos que Zefanias, um dos muitos narradores do romance, atua como *alter-ego* de Patraquim, bem como dos que se preocupam em refletir e mapear as diversas versões da história, apesar das dificuldades inerentes. Essa, cremos, é a razão por que num dos capítulos iniciais, intitulado “Teoria do romance”, a enunciação assevera que

o problema da teoria do romance é o de haver muitas e não parecer que Zefanias Plubius Sforza caiba em nenhuma delas. Em linguagem chã, não foi a pensar nisso, na complexidade do romance, que me resolvi a escrevinhar sobre ele. (PATRAQUIM, 2010, p. 23)

Sendo assim, à complexidade do romance, gênero literário que está em constante transformação por ser aquele que dá conta do presente e não mais do passado, associa-se à dificuldade em ouvir, organizar e estabelecer as diversas

versões da história. Neste sentido, atuando como personagem da obra, a chuva presencia o percurso de Zefanias Sforza desde seu nascimento, acompanhando-o ao longo de seu percurso, como o encontro e separação de Eva, a namorada sueca que retoma a ancestralidade através do nome da primeira mulher e a única por ele amada e com quem aprendeu novas e difíceis lições. Faz-se presente no reencontro com ela, em seu retorno a Maputo, ao final do romance, após ser libertado dos campos de reeducação e nas diversas passagens em que rememora a história – tanto da família quanto do país – com Augusto.

É interessante observar que a etimologia da palavra “chuva”, do latim *pluvia*, remete foneticamente a “Plubius”, um dos sobrenomes da personagem, trazendo consigo a ideia de que a água precipitada do céu umedece aquilo que se tornou árido e, alegoricamente, reduz a rigidez dos muitos tempos históricos enunciados. Assim, apesar do clima distópico que permeia o romance, cria-se uma abertura possível para as águas de libertação que são comuns a outros textos da literatura moçambicana, revelando possibilidades inúmeras de recomeço e de reescrita dessas muitas ações. Ademais, não podemos nos esquecer de que a palavra “refração”, que se associa à “água” e à “chuva”, não significa apenas a capacidade de espalhamento “do céu” e dos “muitos abismos refletidos na/pela modernidade”. Entre seus significados está também a capacidade de reagir, ou seja, “refratário” é tudo aquilo que resiste ao calor, às forças exógenas que tentam alterar e transformar a essência das coisas.

Parte dessa capacidade, acreditamos, está no retorno da mãe aos últimos capítulos do livro, que passa a permear as lembranças de Zefanias com sua língua cheia de ritmos e cadências como a “marrabenta” e a “Kwela”, acompanhando a personagem numa viagem interior, como num retorno ao útero fecundo da terra, de suas diversas potencialidades refratárias e questionadoras do *status quo* moçambicano.

Por isso, vem-nos a mente o pensamento do escritor mexicano Carlos Fuentes de que os grandes romances traçam o desenho humano chamado *passion, amour, liberté* ou *justice* e enfatizam que “a arte restaura à nossa vida o que a história tem desprezado na sua precipitação. A literatura torna real o que a história esqueceu” (FUENTES, 2005, p. 28-29). Sendo assim, uma das muitas conclusões a que se chega, ao término da obra, é a de que **A canção de Zefanias Sforza** resulta de um feixe de narrativas impregnadas da emoção poética com que Luiz Carlos Patraquim revê a história de seu país, sobretudo por meio de instantes conflituosos, cuja confiscação permite purgar e ao mesmo tempo lançar os germes de uma renovação que passa pela aceitação de uma “escrita mulata”. Nela ouvem-se, como nos referimos no título deste trabalho, ritmos e cadências que evocam árias de óperas, valsas e minuetos que se mesclam a batidas africanas como a marrabenta,

a zukuta, a kwela, já referidas, bem como outros ritmos inerentes à diáspora vivida por este escritor. Todos eles contribuem para uma sinfonia moçambicana que tenta dar conta das muitas memórias e histórias daquele país.

Resultado da concorrência de forças endógenas e exógenas, este romance é eficaz em revelar o real e o suprarreal contidos em suas muitas narrativas que apontam, numa dinâmica *allegro ma non troppo*, não somente para o universo, mas, como enunciado, para o “multiverso” (PATRAQUIM, 2010, p. 144) ali contido, deixando claro que o escritor vive do que nem sempre se pode explicar.

### Abstract

Historians consider memory from two different points of view: as a source and as a historical phenomenon. Le Goff warns us that memory serves the past, present and future and that we must work so that collective memory frees man and not bond him. This notion of memory is in **A canção de Zefanias Sforza**, a type of inaugural novel by Luiz Carlos Patraquim, written to celebrate the thirty-five years of independence of Mozambique, during a time when the author sets aside his poetry and dedicates himself to prose.

Keywords: Memory; Mozambican Novel; Luiz Carlos Patraquim

### Referências

BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FUENTES, Carlos. “A la louange du roman”. In: **Le monde diplomatique**, v. 52, n. 621. Décembre, 2005.

HALBSWACH, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

PATRAQUIM, Luiz Carlos. **A canção de Zefanias Sforza**. Porto: Porto Editora, 2010.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.